

Os meios de hospedagem e a introdução do moderno na Casa brasileira.

MYRIAM ELISA MELCHIOR PIMENTEL*

Na virada do século XVIII para o XIX, os meios de hospedagem surgem na Europa com o significado social muito próximo ao que tem hoje. Eles são locais que oferecem acomodações privativas a indivíduos e famílias mediante pagamento. De tão familiarizados com esse significado de hospedar, nem sequer nos damos conta da mudança social que encerram: os hotéis são produtos da modernidade social e por essa razão estão pareados às invenções do privado, do individualismo, da família nuclear e das narrativas nacionais. Mas, interessante, ao mesmo tempo em que portam esse discurso e nascem dele, justapõem diferentes regimes de sociabilidades. Talvez sejam raros os remanescentes como também o são as igrejas e os templos religiosos a manter, como os hotéis, os hábitos imemoriais de cerimoniais arcaicos. Daí porque se dobram no seu ‘saber-fazer’ e sentido social, compactando-se sob sua fachada de modernidade por onde o hotel é compreendido em sua naturalização de meio complementar aos saberes e práticas do turismo, todos os processos inerentes à construção do conceito de ‘civilização’, segundo a definição de Norbert Elias (1990), cultivados entre lutas, mortes, amores e traições na sua consecução. Semelhantes às bibliotecas e aos museus, esses lugares são como ‘cristais do tempo’ articulando saberes e objetos do passado no presente. Todavia, diferentemente daqueles, os meios de hospedagem mantêm em sua práxis os cerimoniais e protocolos do passado constantemente reatualizados no espaço-tempo da vida de quem nele trabalha e também dos que dele usufruem. Experimentação que conecta, ainda, pela assunção de pertencimento às antigas atribuições sociais através das nomeações como: o *valet*, a camareira, o *concierge*, o *garçon*, o *mâitre*, o *controller*, o mordomo, a governanta ou o capitão porteiro; todos esses dentro da hierarquia de seus serviços. Essa que também se orienta pelas sociabilidades e formas construídas que trafegam nas disposições da distribuição de poderes do *dommus* romano, passando pelas Casas nobres e monásticas medievais e que chegam ao *Ancien*

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Doutoranda em Memória Social.

Régime, perfazendo no *hôtel particulier* o encontro de heterogêneos e a sociabilidade pública. Philippe Ariés (2006) nos diz que:

A sociedade do século XVII na França era uma sociedade de clientelas hierarquizadas, em que os pequenos, os “particuliers”, se uniam aos maiores. A formação desses grupos implicava toda uma rede de contatos cotidiano, sensoriais. Para nós, isso se traduz numa quantidade inimaginável de visitas, conversas, encontros e trocas. O êxito material, as convenções sociais e os divertimentos sempre coletivos não se distinguem como hoje em atividades separadas, assim como não existia separação entre vida profissional, a vida privada e a vida mundana ou social. (ARIÉS, 2006:164)

Rompendo com essa forma de experimentação em que a arquitetura é plena dispersão sensorial, pois segundo Walter Benjamin (1996:193) “desde o início, a arquitetura foi o protótipo de uma obra de arte cuja recepção se dá coletivamente, segundo o critério de dispersão”, o hotel moderno surgirá não na forma dispersiva, mas contemplativa das radicais normatizações e classificações da modernidade. E, o seu conceito se demarcará por exclusão de diferentes classificações do *host*: o hospital, o hospício, a hostilidade e o hotel no seu senso intimista, não mais um espaço de experimentação pública e holista. É quando, então, no seu espaço construído e de sociabilidade moderna passará a manipular os signos distintivos daquelas forças cerimoniais e protocolares dos regimes antigos – as estrelas, as coroas - com o ‘saber-fazer’ da sociedade burguesa. Ali nasceria o hotel moderno o qual, junto à disciplinarização e racionalização no ambiente construído das metrópoles européias, articula a economia doméstica do privado – tornada o *locus* por excelência do papel da mulher – à economia pública, abrigando a nova hospitalidade de subjetividade masculina na geopolítica dos Estados nacionais. Portanto, o hotel passa a se processar nas linhas divisórias do público e do privado, buscando demarcá-las com grande precisão ao unir os velhos símbolos de status e da distinção com as novas demandas de classificação da modernidade: a intimidade, a higiene, a etiqueta e a economia capitalista. Nesse senso, portanto, não abriga mais o heterogêneo, mas busca estar distante das multidões e das massas proletárias que constroem junto à burguesia a experimentação ‘inospita’ da metrópole industrial.

Buscando afastar-se dos indivíduos, classes e grupos abjetos na cultura disciplinar, os hotéis modernos se alinham pela visão contemplativa, marcada pelo senso de purismo no pitoresco, fundando a arte academicista no que virá a ser a imagem por excelência dos primórdios do turismo de massa. Eles se tornam meios

complementares às expedições representativas da historiografia-cartográfica. Esquadrinham em sua civilidade do domesticável seu serviço de luxo para comerciantes e novas elites burguesas da era industrial visando articular um encontro ‘purificado’ e contemplativo do homem moldado ao *intérieur* com a alteridade representativa do exótico. Walter Benjamin (2006) remarca esse olhar que contempla o mundo à distância:

O homem privado que, em seu escritório, presta contas à realidade, deseja ser sustentado em suas ilusões pelo seu *intérieur*. Essa necessidade é tão imperativa que ele não pensa em inserir em seus interesses de negócios uma clara consciência de sua função social. Na organização de seu círculo privado, ele recalca essas duas preocupações. Daí derivam as fantasmagorias do *intérieur*: este representa para o homem privado o universo. Aí ele reúne as regiões longínquas e as lembranças do passado. [...] (BENJAMIN, 2006: 59-61)

Por isso, os novos viajantes que vem para a América do Sul e o Rio de Janeiro terão nos hotéis franceses que se erguem na cidade, durante todo o século XIX, a vivência abrigada das intempéries ‘bárbaras’ e ‘incivilizadas’ na recém inaugurada urbe. Desse modo, como modelo de hospedagem que aporta no Rio de Janeiro, no início do século XIX, a hotelaria em seu viés de ‘modernidade intimista’ se propõe como discurso que é amplamente distinto daquele que se processa na Casa brasileira.

Chamamos de Casa brasileira o ambiente arquitetônico relacional e subjetivo, construído a partir do encontro cumulativo de diversas culturas que participam da memória social brasileira, desde sua origem colonial. Nessa, diferentemente das linhas divisórias entre o público e o privado fabricadas na sociedade intimista européia, constroem-se sistemas de relações fundados pela ética emotiva, conforme identificou Sergio Buarque de Holanda (2004) e que se manifestaram tanto nas formas de convívio mais sedimentadas e profundas, típicas do patriarcado, como naquelas da economia de subsistência e povoamento rarefeito rumo ao interior, à maneira das “Bandeiras”. Dinâmica das relações pessoalizadas que esclarece pontos relevantes e basilares da Casa brasileira que lida com o contraditório. Elas indicam que as relações entre pessoas mantiveram-se num grau de relevância superior àquele conferido ao ambiente exterior, associado a uma dispersão sem laços, sem apoio afetivo ou referências para a identidade pessoal. A exceção seria, evidentemente, a festa na qual, conforme remarca Roberto Da Matta (1997a), há uma suspensão da necessidade de identidade apoiada pelas relações

personalizadas e é possível ser anônimo, trocar papéis sociais e sexuais entre outras suspensões das hierarquias que compõem as regras sociais brasileiras. Adentrar esse espaço impessoal da Rua (DAMATTA, 1997b) foi um processo que se caracterizou pelo *Entrudo*, conforme destaca Haroldo Leitão Camargo (2007). Nessas manifestações não se conheciam delimitações muradas ou construídas enquanto tal: dentro de uma mesma casa, entre casas e a casa e a rua, o *folgado* era livre de barreiras físicas e simbólicas. Dele podemos remontar aos primórdios do carnaval como símbolo brasileiro e, especialmente do Rio de Janeiro, mas também à característica da borradura de linhas divisórias entre o público e o privado enquanto cultura brasileira na sua forma de recepção com o ambiente construído. Essa que tem sido reiterada pelo olhar comparativo de estrangeiros que levam em conta o enquadre da civilização ocidental na construção das linhas divisórias entre o interno e o externo.

Logo, pela dificuldade de delimitar essas divisões espaciais, em sua comparação com as metrópoles industriais, grande parte dos estudiosos e interessados na sociabilidade brasileira nos remete ao fechamento da Casa brasileira ao exterior. Roberto Da Matta (1997b) é um exemplo dos autores que enfatizam a oposição da Casa e da Rua. A Casa como lugar da personalidade e das relações em que se pode confiar e a Rua, o lugar do anonimato e dos individualismos sem referência que coloca em risco a identidade holística e hierárquica brasileira. Jurandir Freire Costa (1979) é outro estudioso que descreve o fechamento da Casa nas bases do patriarcado e do machismo brasileiro. Ao descrever a passagem da Casa Grande à urbanidade, enfatiza sobremaneira o caráter de fechamento, concluindo sobre uma sociabilidade introvertida, ou seja, da “segregação da família colonial do seu espaço social” (COSTA, 1979:99). Para exemplificar essa segregação no ambiente construído, Freire Costa cita a descrição de Luís Saraiva (SARAIVA, 1972 apud COSTA, 1979:100) sobre a planta das residências paulistas que definiam uma faixa de fronteira até onde o hóspede poderia ir, sem atingir a parte íntima da família. Buscando fundamentar o caráter de fechamento, Costa (1979) utiliza outras citações em seu trabalho na tentativa de evidenciar o caráter de distanciamento da família brasileira do ambiente construído e do espaço coletivo onde inclui a observação de Gilberto Freyre sobre as ornamentações nos sobrados citadinos que teriam, conforme salienta Costa, o objetivo de distanciar a casa da rua. Entretanto, se compararmos essa afirmação de Gilberto Freyre com aquela que faz em

Casa Grande & Senzala sobre um “feudalismo tropical”, encontraríamos uma descrição oposta na qual descreve uma hospitalidade “derramada” (FREYRE, 2009:43) que, afinal, contradiz as observações anteriores sobre o fechamento e segregação da Casa brasileira.

Procurando esclarecer essas contradições, destacamos as observações de Fernando Novaes (2005) sobre as condições originais de privacidade na colônia brasileira cujas terras imensas e povoamento extremamente rarefeito, senão inexistente, produziam como constantes: a instabilidade, a dispersão e a fragmentação. Segundo Novaes, essas condições na ocupação colonial levaram a população a “angustiar-se diante da dificuldade de sedimentar laços primários” (2005:211). Daí Novaes delinea os pilares fundadores da “inextricável imbricação” entre as esferas públicas e privadas e sua “curiosa inversão” (NOVAES, 2005:205) na experiência colonial de modo que, de suas observações, retiramos um axioma compreensivo para a dinâmica em que o exterior molda-se à importância de afinidades táteis, sensoriais e afetivas. Por isso, a importância da mediação por ornamentação, cores fortes e singularização das construções observadas nas ‘proto-cidades’ coloniais como “espaços de amaciamento” (NOVAES, 2005:215) que foram objeto de censura e crítica por parte tanto de estrangeiros em visita à cidade como no discurso dos reformadores urbanos que de acordo com Marieta Carvalho (2008:91) buscaram disciplinar a “barbárie” da sociabilidade periférica, desde o “gosto” por “cores fortes” no casario ao enterro dos mortos junto à população ou dentro das igrejas até chegarem à proibição das janelas em rótulas. Entretanto, ainda é preciso ressaltar que as imposições da modernidade não ocorrem apenas de fora para dentro das moradas, mas em sua exploração e apropriação interna quando, nos explica Carvalho (2008:82), o sistema de *apostadorias* instituído pelo vice-rei conde de Arcos determina a “cessão pelos moradores da cidade” de suas casas aos nobres.

Nesse momento em que a cidade se transformou num grande centro de hospedagem, o discurso sobre a disciplinarização da barbárie se evidencia, fundamentalmente, como um paradoxo. Pois ele penetrou sub-reptício nos espaços de experimentação da vida cotidiana e se expandiu dobrando-se como imposição que implode o casario e sua narrativa e sentido de experimentação no ambiente construído. Daí que a construção da cidade nos moldes franceses não competiu diretamente com os

meios de hospedagem no seu modelo de modernidade intimista. Esse, que aporta no Rio de Janeiro como, por exemplo, o Hotel Pharoux que por sua vez deu nome ao Cais, hoje Praça XV, precipitou-se em especificidade de possibilitar a construção múltipla de identidades conforme nos revela Drummond de Andrade (1962) em sua imagem-poética de *A um hotel em demolição*:

Vai Hotel Avenida, vai convocar teus hóspedes no plano de outra vida. (...) Eras vasto vermelho, em cada quarto havias um ardiloso espelho. Nele se refletia cada figura em transito e o mais que não se lia. (...) Estou comprometido para sempre eu que moro e demoro há tantos anos o Grande Hotel do Mundo sem gerência em que nada existindo de concreto – avenida, avenida – tenazmente de mim sou hospede secreto. (DRUMMOND DE ANDRADE, 1962:223-232)

Aliando-se com novos jogos lúdicos de olhares na assimilação dos hábitos e geografias do estrangeiro, o modelo de modernidade intimista dos hotéis franceses no Rio de Janeiro processou menos impacto e resistência às reformulações disciplinares da cidade do que efetivamente amalgamou-se às sociabilidades da Casa brasileira.

Nesse senso podemos verificar que através da graduação em suas formas arquitetônicas e serviços depurados, o espírito aburguesado foi se constituindo na medida em que as classes sociais também foram se distinguindo na urbanidade. A cidade é o cenário onde os Barões do café e industriais se instalam e, nela, surgem as distinções entre o tempo da casa e do trabalho. Também, é comum ao período a instalação de imigrantes e famílias em início de fortunas que concebem ao espaço hoteleiro, como é o caso do Hotel Santa Teresa, seu local de residência. Essa prática, ainda comum à hotelaria internacional, tornou-se anacrônica no Brasil, pois, aqui, a partir do período desenvolvimentista, associou-se a “crença no progresso” com a produção da imagem Brasil para o consumo turístico. Deste modo, a imagem “praia-carnaval-mulher-futebol” que se constituiu como opção do regime desenvolvimentista brasileiro para sua entrada no segundo movimento de modernidade, agora pelo modelo norte-americano, difere radicalmente da proposta anterior, quando Dom Pedro II faz do pitoresco um “projeto nacionalista”, conforme destaca Lilia Schwarcz (2007:128). Pela temática indigenista e sua formulação exótica-nobre como imagem para adentrar a modernidade intimista e industrial, a Casa brasileira acabou podendo ensaiar ludicamente sua identidade. E, devemos sublinhar nessa experiência a relevância das viagens e dos meios de hospedagem como par conceitual nesse contexto.

Todavia, na segunda visada para acompanhar o ‘desenvolvimento’ técnico norte-americano, ocorre uma desqualificação radical das ambientações cujas perspectivas nuançadas e heterogêneas não se enquadram naquela proposta de consumo. Nisso, é preciso destacar que a normatização, inclusive recente, dos meios de hospedagem no Brasil, sustenta-se pela concepção meramente econômica e quantitativa de suas ‘qualificações’. Isso de modo que até mesmo sua expressão arquitetônica não agrega qualquer saber sobre as expectativas das sociabilidades que envolvem. Compõem-se meramente num passado desqualificado enquanto valor de vida de modo que sua recuperação como patrimônio é apenas concebida como um objeto-museológico que nada comunica das tradições e da memória social à vida daqueles que a frequentam hoje. Especificidade, essa, da eficácia do “progresso” que nos ocupamos em investigar inquirindo o olhar massificado que é distinto da experimentação que ocorre com a hotelaria do primeiro modernismo europeu assentada no primeiro ensaio de construção da urbe.

Diremos que inversamente ao que ocorre nos centros das metrópoles industriais, onde o modelo de arquitetura do primeiro modernismo provocou o olhar contemplativo e recluso ao interior, no Rio de Janeiro ela será obrigada a partilhar o *folgado* poético da cidade, principalmente através dos meios de hospedagem naquele período. Nesse, a porosidade e a possibilidade de amálgama com a Casa brasileira, embora não fosse para todos, apontava o sonho de um futuro possível; o sonho civilizatório tátil e ótico em que o hotel se fazia casa, trânsito e local para sua expressão e experiência. Sonhos ensaiados nos balneários, nas montanhas, nos cassinos, teatros e bailes carnavalescos que permitiram, através do lócus hoteleiro, a integração da Casa brasileira às exposições universais, ao cinema e à montagem do cenário tropical no ingresso às relações internacionais. Nesses, os espelhos franceses refletem as figurações da modernidade; os hotéis e a arquitetura eclética são palcos em que as diversas *regionalidades* da Casa brasileira puderam se figurar ludicamente. Entretanto, a partir da introdução do olhar massificado sob o modelo norte-americano, as formas e edificações ecléticas daquele período passam a partilhar com a arquitetura modernista brasileira o manto de fuligem através do qual vemos abrir um sulco no interior do delírio dos anos do desenvolvimento brasileiro. A partir desse, se precipitam grades, muros, zonas segregadas e fortificadas no ambiente construído que indicam transformações radicais

rumo à desqualificação do cotidiano, dos espaços concretos da vida e da memória construída da Casa brasileira bem como a ruptura com o gesto do arquiteto. Em *A rua diferente* (1930) e *Edifício Esplendor* (1940) Drummond de Andrade nos deixa entrever a crise de uma concepção da arquitetura na qual o gesto do arquiteto, antes colocado inteiro no projeto fazendo-o emergir entre a utopia e a realização, torna-se “uma exigência bruta”, a serviço da máquina urbana onde se processam novas subjetividades que, assimiladas ao fluxo do progresso-destruição, ora gozam o espetáculo, ora se tornam tristes. A poesia de Drummond de Andrade expõe efeitos nas vivências de contato com as grandes transformações no ambiente urbano que ocorrem na metade do séc. XX em função dos projetos de modernização acelerada no País. Neles pode-se destacar o plano de metas de Juscelino Kubitschek (1956-61) e seu famoso mote de campanha “50 anos em 5” onde se visava o futuro da Nação e sua saída do “atraso”. Ideais que constituíram “os anos dourados” do desenvolvimento político, econômico e cultural nos quais foram trabalhadas tanto sua utopia como realização através dos projetos arquitetônicos e artísticos que amealharam os espaços para a representação da nova brasilidade¹. Entretanto, se atentarmos para o que o poeta nos transmite, esse sonho construído é destruído num salto brusco: “na areia da praia Oscar risca o projeto. Salta o edifício [...] No cimento, nem traço da pena dos homens” (ANDRADE, 1964:95).

Com a introdução do modelo norte-americano de redes – televisivas e hoteleiras -, nos anos 1960, serão desconstruídas as formas heterogêneas e suas sociabilidades que se tornam modelos do atraso. Aqui visamos ressaltar os problemas vinculados à subjetividade orientada pela crença do progresso, conforme teorizada por Walter Benjamin, na homogeneização totalizadora dos espaços construídos e liquefação da memória coletiva e sua experimentação no ambiente construído a partir da modernidade. Período quando se institui o modelo linear e evolutivo da temporalidade histórica onde o passado está perdido. Esse será radicalizado em sua passagem no pós-guerra para a cultura norte-americana e será nessa sua nova feição hegemônica de uma cultura fundamentalmente horizontal e técnica que retorna como modelo de modernidade nos anos 1960 para o Brasil.

¹ Oscar Niemeyer, Di Cavalcanti, Lasar Segall e Portinari receberam inúmeras críticas no que pareciam responder “a necessidades ideológicas amplas” por estarem “[...] em busca de uma identidade nacional” (BRITO; 1999: 13).

Visando perfurar essas camadas espessamente ‘concretadas’ utilizamos o conceito contemporâneo do ‘agora’ no rememorar benjaminiano. Segundo Walter Benjamin, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi” (BENJAMIN, 1996: 224), mas exige uma posição política que confronta os interesses pré-formados no objeto, no seu “ser-agora” (BENJAMIN, 1996:224). Esse, não é o simples tempo presente do objeto, mas sua “perfuração pela percepção histórica que se tornou a ideologia do progresso” (BENJAMIN, 2002a:392). Será preciso que se observe tal processo para que o objeto evidencie a integração de concentrações de realidades em que todo o passado pode adquirir um alto grau de atualidade, mais que o momento mesmo de sua existência. “Como o objeto marca a si mesmo com esse alto grau de atualidade é determinado pela imagem de como e através da qual ele é compreendido” (BENJAMIN, 2002a:392). E, esse modo de compreender, onde se “coloca a verdade de todo presente em questão”, é realizado pela rememoração: “modo de aproximação com o objeto que não é historiográfico, mas político e que equivale ao despertar dentro do sonho” (BENJAMIN, 2002a:392). O sonho, segundo Benjamin (2002b), equivaleria ao kitsch: quando as coisas são empacotadas em máximas baratas e estão gastas pelo hábito. Para despertar no ‘sonho kitsch’ é preciso destilar pela singularidade como a do artista ou do poeta que decifram os contornos do banal no objeto.

Portanto, através do conceito de rememoração benjaminiano também se pode fazer a correlação entre as sociabilidades das rótulas e a arquitetura modernista brasileira de modo a pontuar formas de imitação criativa da Casa brasileira. Sua símile será a arquitetura suburbana, serrana e praiana que se ergue como ensaio construtivo possibilitado pela produção da representação da identidade nacional através da sensorialidade do modernismo brasileiro. Com isso, buscamos evidenciar a importância da valoração das narrativas da tradição para expressar criativamente o potencial da herança cultural como, ainda, examinar o seu encontro conflituoso com os modelos impostos aos espaços edificados por lógicas de ímpeto dicotômicas e abstratas de onde se fazem derivar o preconceito da herança cultural no Brasil. Nesse em que o valor da arquitetura brasileira, a vivência do cotidiano, a qualidade de habitações, as modalidades de circulação entre outros importantes vetores da ambientação urbana na cidade se tornam desqualificados e experimentados de forma hostil.

No referido âmbito, colocamos em questão também algumas forças que parecem inofensivas como a telinha caseira ou o hotel com seu vidro fumê espelhado numa esquina qualquer em Copacabana. Ao questioná-los em seus discursos hegemônicos das redes norte-americanas em sua proposta tecnicista de viver vemos abrir uma ampla vegetação onde podemos perguntar sobre a vida na cidade e seus modelos de absorção ou resistência.

Com isso, colocamos também em questão a finalidade disciplinar dos saberes no campo do turismo. Esse que deveria reconhecer-se plenamente contemporâneo e buscar, ao contrário da crescente especialização e separação de seus objetos de estudo, a transdisciplinaridade. Pois ao questionar os meios de hospedagem como um produto meramente técnico dos sistemas de turismo, conseguimos torná-los um objeto transdisciplinar. Qualidade que é inerente ao procedimento da memória social, pois, segundo Jô Gondar (2005:15) o objeto transdisciplinar “não é comum a diferentes disciplinas; ele é criado como um novo objeto” provocado por uma postura ética e política distinta da multidisciplinaridade ou da interdisciplinaridade através das quais, embora um mesmo tema ou assunto possa ser partilhado, a partilha não leva ao questionamento das estruturas de saber sobre as quais essas disciplinas estão apoiadas. Pois, na transdisciplinaridade as estruturas do saber são “submetida(s) a um princípio de disjunção” (GONDAR, 2005:14). Para além, as posturas éticas e políticas problematizam o “que vale ou não ser recordado” (GONDAR, 2005:17) nos universos disciplinares fechados da modernidade onde há escolha por enfatizar, através do ordenamento linear, o valor progressivo de seus saberes; descartando os conflitos e paradoxos de tal “desenvolvimento”. Por essa razão, os meios de hospedagem ao serem produtos sócio-culturais expressam “os regimes do visível e do enunciável” (DELEUZE, 1990) em diferentes formações sociais sendo, desse modo, catalisadores de epistemologias do saber e do poder que se expressam em expectativas de suas formas construídas e práticas sociais profundamente qualificativas nas experimentações concretas do vivido.

Portanto, ao conceber os meios de hospedagem através de diversos agenciamentos acabamos propondo uma reviravolta nos significados e sentidos através dos quais os meios de hospedagem são compreendidos atualmente como objeto pertencente ao campo de serviços e equipamentos do sistema turístico. Retirando-os

dessa subjetivação simplória visamos mostrá-los “como imagem abreviada” na conexão com o arco impressionantemente extenso onde a “vida inteira da humanidade” (BENJAMIN, 2002:96) em seu processo de fabricar a alteridade nos diferentes sentidos e significados da hospitalidade se expressa em sua imagem. O turismo de massa é apenas um ponto que penetra nesse arco, não podendo na ingenuidade do seu saber técnico sequer compreender a sua prática a partir da totalização ilusória que assimila de modelos de modernidade impostos e estranhos à dinâmica da Casa brasileira. Daí porque é necessário indagar também os conflitos propostos pela modernidade técnica e sua introdução naturalizada e assimilada nos cursos de turismo e hotelaria produzindo choques culturais internos ao hotel e externos a ele interrogando o que, daqueles modelos, se traduz como benefício real e construtivo para formas criativas da Casa brasileira e os valores do que é vivido no ambiente construído da cidade. Questão que deve ser levada a outros campos do saber que ainda estão ávidos por compreender o porquê a cidade e seu patrimônio material e imaterial não se desenvolve nos moldes internacionais. E que, portanto, ao invés de tentar compreender as expressões de resistência expressas nos repetidos fluxos de construção e destruição na ambientação e nele buscar construir a positivação das tradições, volta-se novamente para buscar nos modelos importados sua imposição à Casa brasileira. Tal análise só é possível através da inversão de forças e domínios nos elementos que se encontram em sua aparente ingenuidade como, por exemplo, as forças que se expressam em campos como o do turismo ou da hotelaria. Aí, podemos ainda perguntar sobre a construção dos saberes do patrimônio material e imaterial que é reduzida à representação do olhar dentro de sistematizações normatizadas do turismo contemporâneo. O patrimônio nesse viés pode ser recuperado para o consumo de memórias, mas não consegue articular o passado no presente e a vida em sua experimentação no ambiente construído. Por isso, talvez, seja pertinente interrogar os fluxos de construção e destruição na cidade como prática nem sempre alinhada aos discursos de embelezamento, da ordem e da vitrine de memórias aos quais visa a indústria do turismo. Pois nas ruínas e na desconstrução, diria Walter Benjamin, haverá sempre o elemento que aponta para a transitoriedade da vida no seu vínculo com o que há de mais eterno na experiência humana, sua semelhança; que nem mesmo a invenção da história evolutiva e sua crença no progresso onde se busca a ruptura com o passado poderá apagar.

Referências:

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do Mundo*. Edição do autor: 1940.
- _____. *Obra completa*. Prosa e poesia. Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1964.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1996
- _____. *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*. São Paulo: Iluminaturas, 2002a.
- _____. *The Archades Project*. Cambridge: Harvard University Press, 2002b.
- BRITO, Ronaldo. *Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*. São Paulo: Cosac & Naify, 1999.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1950)*. São Paulo: Aleph, 2007.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma idéia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.
- _____. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GONDAR, Jô. *Quatro proposições sobre a memória social*. In: GONDAR, Jô e DODEBEL, Vera. (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra 2005, p. 11-26.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- NOVAES, Fernando. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.